

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2021)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – JACINTO, Pablo Mateus dos Santos; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. Acolhimento institucional e desinstitucionalização: uma revisão integrativa de literatura em psicologia. *Emancipação*, São Luís, v. 20, n. 20, 2020.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este estudo retrata uma revisão integrativa de literatura sobre desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Foram mapeados artigos indexados no Portal de Periódicos da CAPES e nas bases SciELO e LILACS publicados entre 2003 e 2019 e vinculados à área de psicologia. Na busca foram encontrados 24 artigos que contemplavam os critérios estabelecidos. A partir do conteúdo dos textos, foram levantadas diferentes categorias de análise que estão contidas nos debates relativos ao processo de desinstitucionalização nesse contexto: reinserção familiar, adoção e desligamento por maioridade. Constatou-se uma ampla forma de abordagem da temática, sendo o abrigo tratado ora como danoso ao desenvolvimento, ora como uma medida protetiva essencial. Dentre os estudos elencados, nota-se a escassez nas pesquisas que abordam o desligamento por maioridade, o que reflete uma lacuna, visto que grande parte dos adolescentes em situação de abrigo são desinstitucionalizados por essa via.

Palavras-Chave: acolhimento institucional; desinstitucionalização; crianças e adolescentes.

3) Objetivo do estudo – Realizar uma revisão integrativa de literatura sobre desinstitucionalização de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – 2003 a 2019.

6) Forma de coleta de dados – Optou-se por uma revisão de literatura a partir do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e das bases indexadas SciELO e LILACS, a partir de dois descritores: abrigo e acolhimento institucional. Os resultados foram filtrados dentro do período de 2003 e 2019, buscando uma faixa representativa para a pesquisa, cujas políticas de proteção à infância e adolescência passaram por distintas configurações. A partir da checagem dos resumos, foram excluídos os artigos que não correspondem à temática de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Em consonância com o método proposto, os critérios de inclusão foram: (1) o trabalho estar publicado em formato de artigo; (2) estar

indexado na plataforma CAPES ou estar disponível nas plataformas SciELO e LILACS; (3) ter sido publicado entre 2003 e 2019; (4) referir-se à realidade brasileira; (5) estar contido no tópico “psicologia”, na base de dados, ser publicado em uma revista de psicologia ou ter a psicologia como referencial teórico-metodológico no texto; e (6) ser referente à temática da desinstitucionalização da criança e/ou adolescente em instituição de acolhimento.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Os artigos que apareceram na pesquisa tiveram seus resumos consultados e, quando necessário, foram lidos na íntegra. Após a leitura dos artigos, foram formuladas categorias representadas por temáticas contidas nos estudos sobre acolhimento institucional e desinstitucionalização.

8) Resultados / dados produzidos – Esta revisão permitiu identificar que houve uma expansão nos estudos acerca do tema abrigo e desinstitucionalização. Esse aumento pode ter ocorrido por fatores relacionados à política de acolhimento institucional, que, na configuração em que se encontra, é recente e tem paulatinamente se desenvolvido e demonstrado acertos e contradições. Outro fator possível é a ampliação do número de crianças e adolescentes em situação de abrigo, o que expande a demanda de trabalho e estudos sobre esse tema. Identifica-se, também, a existência de uma variabilidade considerável de linhas de pesquisa sobre o processo de abrigo de crianças e adolescentes e que há esforço dos pesquisadores em descrever e explorar os fenômenos que envolvem esse processo, no intuito de propor maior efetividade para essas políticas de proteção a crianças e adolescentes e garantir os direitos expressos nas normativas orientadoras. No que se refere à abordagem sobre as famílias, os artigos elencados apresentam perspectivas múltiplas. Enquanto algumas afirmativas tendem a evidenciar as situações de vulnerabilidade vividas e as violências reproduzidas no contexto familiar, identifica-se a prevalência de proposições que defendem a crença de que é junto a uma família – de preferência aquela de origem – que a criança e/ou adolescente pode se desenvolver adequadamente. Especificamente sobre adoção, conclui-se a necessidade de compreender melhor as famílias que entregam as crianças para adoção, de modo a avaliar suas condições socioeconômicas e possíveis desamparos e privações para que seja possível a adoção de estratégias com intuito de reverter esse quadro, garantindo melhor qualidade assistencial aos referidos grupos sociais e, quem sabe, uma redução no contingente de crianças entregues para instituições de acolhimento.

9) Recomendações – Sugere-se que esse campo seja mais explorado, visto que a desinstitucionalização de adolescentes merece atenção, diante da falta de políticas públicas adequadas voltadas para assistir jovens que completaram 18 anos após passarem grande parte de suas vidas em abrigos.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.